Organograma

presidente: EDUARDO FERREIRA LAFRAIA

vice-presidente de atividades técnicas: JERÔNIMO CABRAL P. FAGUNDES NETO

diretor programação: RICARDO HENRIQUE DE A. IMAMURA

departamento de engenharia de energia e telecomunicações
diretor: Aléssio Bento Borelli

- **divisão de geração e transmissão**
  coordenador: Manoel Ribeiro de O. Neto
- **divisão de distribuição de energia**
  coordenador: Carlos Costa
- **divisão de telecomunicações**
  coordenadora: Flavia Bartkevicius Cruz
- **divisão de instalações elétricas**
  coordenador: Paulo Eduardo de Q. M. Barreto
  secretário: Oswaldo Boccia Junior
- **divisão de controle e automação**
  coordenador: Jorge Antônio Mariano Duarte

departamento de engenharia de atividades industriais e de serviço
diretor: Antonio Maria Claret Reis de Andrade
vice-diretor: Ricardo Hunziker
secretário: Luciano Pires Marcondes Machado

- **divisão de manutenção**
  coordenador: Sergio Henrique Neves
- **divisão de equipamentos para transporte de carga e urbano de passageiros**
  coordenador: Deuton Proto de Souza Junior
- **divisão de materiais**
- **divisão de equipamentos para o agronegócio**
- **divisão de equipamentos automotores**
  Coordenador: Renato Zirk

departamento de engenharia de produção
diretor: Antonio Guilherme Menezes Braga
vice-diretora: Debora Sanches de A. Marinello
secretária: Flavia Maluza Braga

- **divisão téc. de gerenciamento de empreendimentos**
  coordenador: Sergio L. A. Rezende
- **divisão técnica de avaliações e perícias**
  coordenador: José Fiker
  vice-coordenador: José Marques
  secretário: Alfredo Vieira da Cunha
- **divisão da qualidade e produtividade**
  coordenador: Ullrich Otto Kux
  vice-coordenador: Antonio Gobbo
  secretário: Massami Uyeda Junior
- **divisão de planejamento e engenharia econômica**
  coordenador: Alfredo Eugenio Birman
  vice-coordenador: Eduardo Rottmann
  secretário: Rodolfo Boaretto Rós
- **divisão de patologias das construções**
  coordenador: Tito Lívio Ferreira Gomide
  vice-coordenadora: Stella Marys Della Flora
  secretário: Odair dos Santos Vinagreiro
- **divisão de informática**
  coordenador: Pedro Badra
- **divisão de engenharia de incêndio**
  coordenador: Carlos Cotta Rodrigues
  vice-coordenador: José Félix Drigo

departamento de arquitetura

departamento de engenharia do habitat e infraestrutura
diretor: Roberto Kochen
vice-diretor: Habib Georges Jarrouge Neto

- **divisão de estruturas**
  coordenador: Natan Jacobsohn Levental
  vice-coordenador: Lúcio Martins Laginha
- **divisão de engenharia sanitária e recursos hídricos**
  coordenadora: Ana Carolina Russo
- **divisão de geotecnia e mecânica dos solos e fundações**
  coordenador: Francisco José Pereira de Oliveira
- **divisão de segurança no trabalho**
  coordenador: Jefferson Deodoro Teixeira da Costa
  vice-coordenador: Theophilo Darcio Guimarães
- **divisão de construção sustentável e meio ambiente**
  coordenador: José Manoel de Oliveira Reis
  vice-coordenador: Agnaldo Gonçalves de Almeida Junior
  secretário: Henrique Dias de Faria
- **divisão de acústica**
  coordenador: Schaia Akkerman
  vice-coordenadora: Maria Luiza Rocha Belderrain
  secretário: Ricardo Santos Siqueira

departamento de engenharia química
diretor: Maurílio Luiz Vieira Bergamini
vice-diretor: Miguel Tadeu Campos Morata

departamento de engenharia de mobilidade e logística
diretor: Ivan Metran Whately
vice-diretor: Neuton Sigueki Karasawa

- **divisão de transportes metropolitanos**
  coordenador: Ivan Metran Whately
- **divisão de transporte ativo**
  coordenador: Reginaldo Assis de Paiva
  vice-coordenador: José Ignácio Sequeira de Almeida
- **divisão de trânsito**
  coordenador: Maria da Penha Pereira Nobre
  vice-coordenador: Vanderlei Coffani
- **divisão de logística**
  coordenador: José Wagner Leite Ferreira

departamento de engenharia de agrimensura e geomática
diretor: Miguel Prieto
vice-diretor: Aristeu Zensaburo Nakamura
secretário: Osiris Monteiro Blanco

- **divisão de cadastro urbano e rural**
  coordenadora: Fátima Tostes
- **divisão de sistemas de informação geográfica**
  coordenador: Aristeu Zensaburo Nakamura

departamento de tecnologia e ciências exatas
diretor: Ricardo Kenzo Motomatsu
vice-diretor: Laurindo Martins Junqueira Filho

- **divisão de engenharia de sistemas e inovação**
  coordenador: Jairo de Almeida Machado Jr.
  Vice-Coordenador: Pedro Luiz Scarpim

departamento de engenharia de agronegócios
diretor: Daniel Pocay

diretoria de cursos
diretor: Marco Antonio Gulllo
vice-diretora: Ursula Martins Matheus

diretoria da revista engenharia
diretor: Miguel Lotito Netto
secretário: Rui Arruda Camargo
editor da revista: Ricardo Pereira de Mello

O DESENHO DA GESTÃO DA MOBILIDADE REGIONAL METROPOLITANA

PAULO CARVALHO FERRAGI*

As regiões metropolitanas no Estado São Paulo se formaram em épocas distintas, cada qual em seu "contexto particular", ou seja, atrelada a condicionantes e aspectos geopolíticos próprios. A primeira delas, a de São Paulo, foi criada em conjuntura de exceção, gerando dificuldades à implantação por seus pares de ações de caráter metropolitano, conduzindo na prática a tomada de ações conjuntas ou metropolitanas, nos últimos anos, principalmente pelos Consórcios Regionais.

As regiões de Campinas e da Baixada Santista, em quadro mais atual, já nasceram com propostas sob a "ótica regional", a exemplo da região litorânea que já convivia em comum com o turista, o mar e o porto, facilitando a leitura da tal "identidade metropolitana". Recentemente o governo do Estado de São Paulo definiu novos espaços (Regiões e Aglomerações) ampliando assim as discussões de tal ordem e com destaque à gestão da mobilidade. Hoje estas regiões que abrigam mais de uma centena de municípios (106) absorvem apenas 20% da área do Estado, mas respondem por 82% do PIB e detêm 73% de sua população.

Ao lançarmos, todavia, o olhar sobre a questão institucional quando relacionado ao poder de regência destas regiões (seja uso do solo ou mobilidade), encontramos lastro na Constituição Brasileira, que define o controle, os limites e interfaces de ações entre as unidades federativas, ou seja, o que podemos definir como "Tripé Institucional" representado pela União, o Estado e os municípios contidos em qualquer região considerada. Encontrar a adequada harmonia regional requer uma orquestra coesa e um responsável pela gestão metropolitana, a qual se apresenta, neste contexto político metropolitano com forte multiplicidade partidária, criando por vezes conflitos para ações afinadas e requerendo um bom maestro para a sua adequada regência.

Nas questões relacionadas à aplicação de recursos públicos nessas regiões, nem sempre as ações são condicionadas pelo ambiente técnico, mas por ajustes na busca do equilíbrio entre as questões políticas, sociais e econômicas, que em certas ocasiões são dissonantes entre si.

Na mobilidade a decisão de aplicações também tem forte correlação com os aspectos deste que podemos denominar "Tripé Político-Social-Econômico", e, portanto, deliberações definidas sem atender questões sociais podem levar a conflitos regionais, assim como atender ou tender ao quesito político, tais como a concessão de benefícios. Podem também alterar o equilíbrio tarifário, ou mesmo neste caso, ao lançar o olhar apenas ao quesito econômico, poderíamos impor tarifas inviáveis à maior parte dos usuários do sistema.

O governo do Estado em passado recente valorou ações e reuniões de caráter metropolitano, sendo modelo a outras regiões do país, a exemplo do ocorrido na Baixada Santista, onde a gestão compartilhada entre o Estado e os municípios alimentou positivamente questões comuns, permitindo no caso da "Mobilidade Regional" um melhor desenho da equação, viabilizando processos e projetos de interesses à região. Hoje parece estarmos momentaneamente esquecendo a afinidade de outrora, relacionado às questões metropolitanas, e assim, entendemos ser primordial resgatar o assunto sob a pena de perdermos avanços importantes conseguidos pelo Estado.

Neste mundo em permanentes mutações recebe-se agora novas leituras que se apresentam pelo Estatuto da Metrópole, o qual coloca a importância de um "quarto elemento": a sociedade civil na participação dos projetos regionais. E é por esta ótica que os Conselhos Metropolitanos Regionais ganham importância como as entidades capazes de recepcionar as demandas da sociedade e do estatuto – e o poder constituído, em qualquer esfera, deve naturalmente priorizar esta questão. Ampliam-se assim, as usuais e antigas chamadas audiências públicas, pois agora a participação da sociedade se apresenta durante o processo, ou seja, quando da elaboração dos planos e não apenas chamada a referendar um objeto pronto.

Quando imaginamos qual seria o melhor caminho para esta peregrinação metropolitana, entendemos a necessidade da elaboração de um Plano Regional de Mobilidade e Logística, para cada uma das regiões do Estado, atendendo a quesitos regionais e definindo diretrizes e ações gerais. O Plano teria aderência com os planos municipais, muitas vezes definindo as linhas mestras da mobilidade regional.

O corolário seria a tomada conjunta, pelo Estado e municípios (anuência da União e sociedade), de um Pacto de Mobilidade. Penso assim, que seria norteado por indicadores de médio e longo prazo, tudo constituindo uma decisão colegiada, favorecendo a região como um todo, instituindo assim a tal Governança Metropolitana.

** **Paulo Carvalho Ferragi** é engenheiro civil, pós-graduado em administração de empresas, especialista em planejamento e gestão da mobilidade*
E-mail: pauloferragi@gmail.com